

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 22/Abr

DIÉESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3181- Ano 2024

UNI global union

DISTRITO FEDERAL

FALTA DE HUMANIDADE

Imagem: Internet



É desumano o tratamento dado pelo Sindicato Patronal a categoria dos vigilantes. A cada dia são inúmeros relatos de famílias sem ter acesso ao ticket alimentação. E o sindicato dos patrões não teve capacidade assinar a convenção coletiva para atender os trabalhadores.

Tem trabalhador desesperado, tem trabalhador passando fome!

O caso está na justiça, mas precisamos que ela seja célere. A categoria não vai abrir mão dos seus direitos, a categoria está unida.

Sempre vigilante com os direitos da categoria dos vigilantes!

FONTE: ASSESSORIA CHICO VIGILANTE

CAMPINA GRANDE/PB

VITÓRIA DA CATEGORIA

CUMPRIMENTO DE DECISÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE LOCAIS DECENTES PARA ALIMENTAÇÃO DOS VIGILANTES

DECISÃO EM TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE

O SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESA DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA ORGÂNICA, ESCOLTA ARMADA, VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, SEGURANÇA PRIVADA, E NOS CENTROS DE FORMAÇÕES DE VIGILANTES DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA (SINDVIGILANTES-CG), moveu ação de tutela antecipada antecedente em face de ARTE PRODUÇÕES DE EVENTOS ARTÍSTICOS E LOCAÇÕES LTDA., requerendo, com urgência, que a ré seja compelida a providenciar, no prazo de 24 horas, a cobertura de todas as entradas do Parque do Povo, em Campina Grande-PB, bem como dos corredores localizados entre as grades que separam os camarotes/área vip do público em geral, e que a reclamada providencie local adequado para que os vigilantes façam

suas refeições, durante o evento “Maior São João do Mundo”, sob pena de multa diária de R\$100.000,00 e de fechamento dos portões do evento ao público.

FONTE: DIREÇÃO SINDCG

SERGIPE

PF encerra atividade clandestina de segurança em casas de show em Aracaju

Operação Noite Segura fiscalizou seis estabelecimentos



A Polícia Federal deflagrou, na noite desta sexta (19/04), a Operação Noite Segura, com o objetivo de reprimir atividades clandestinas de segurança executadas em casas de show e de eventos em Aracaju. Ao todo, foram fiscalizadas seis casas noturnas.

Em dois estabelecimentos, foi detectada a existência de segurança não autorizada, razão

pela qual foram lavrados os respectivos “Autos de Encerramento de Atividades de Segurança Privada Não Autorizadas”.

Em outro, que já havia sido autuado em fiscalização anterior, constatou-se que o proprietário continuava mantendo segurança privada não autorizada. Nesse caso, além das medidas administrativas, também haverá a formalização de notícia crime para apurar possíveis crimes de exercício de atividade com infração de decisão administrativa e desobediência.

As atividades de fiscalização para reprimir a segurança clandestina serão intensificadas visando coibir tal prática e garantindo a segurança da população.

FONTE: Comunicação Social da Polícia Federal em Sergipe

Sistemas de reconhecimento facial são confiáveis? Como falhas recentes reacendem o debate sobre riscos

O Fantástico deste domingo (21) contou as histórias de João Antônio Trindade Bastos e Taislaine Santos, que foram detidos após falhas no sistema de reconhecimento facial de Sergipe, e ouviu especialistas sobre os riscos



Homem é detido por engano em estádio após erro do sistema de reconhecimento facial: ‘Medo, frustrado e constrangido’ — Foto: Reprodução/Fantástico

Sistemas de reconhecimento facial são confiáveis?

O Fantástico deste domingo (21) mostrou o caso do personal trainer João Antônio Trindade Bastos, de 23 anos, preso por engano em um estádio de Sergipe após falha no sistema de reconhecimento facial. O erro grave, no entanto, não se trata de um caso isolado.

Na orla de Aracaju, há cinco meses foi

realizada uma prévia carnavalesca com milhares de pessoas e todo o percurso dos trios foi monitorado por câmeras. No meio da multidão, estava a auxiliar administrativa Taislaine Santos, de 31 anos, que foi identificada pelo reconhecimento facial como foragida da Justiça.

“Humilhada, constrangida. O que eu passei, eu não desejo para ninguém, foi muito difícil”, disse Taislaine.

A PM levou Taislaine na viatura. Ela contou ao Fantástico o que sentiu naquele dia: “Eu senti medo. Foi uma humilhação imensa, né? Milhares de pessoas estavam ali me vendo passar pela aquela situação. Foi muito constrangedor”, acrescentou.

Taislaine passou duas horas na delegacia, e precisou provar que não era a mulher que os policiais procuravam. “Eu acho sim que minha cor de pele influenciou com certeza na abordagem. Na forma como eu fui tratada”, lamentou.

Afinal, como o sistema funciona?

O sistema de reconhecimento facial analisa todas as características do rosto de uma pessoa. Nariz, boca, distância entre os olhos, o formato da mandíbula. Essas informações são processadas e viram um número de identificação digital, um algoritmo.

Especialistas criticam como estes programas são desenvolvidos. Nos EUA, por exemplo, uma pesquisa revelou que grandes algoritmos de reconhecimento facial erravam 34% a mais no caso de mulheres negras, em comparação com homens brancos.

“O nível de erro para homens brancos não chegava a 1%, né? Revelando exatamente como esses algoritmos são treinados majoritariamente com faces de pessoas brancas, o que faz com que esse algoritmo identifique mais facilmente rostos brancos do que rostos negros”, explicou Pablo Nunes, cientista político e coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.

O especialista afirma que esses programas, como estão, podem resultar em grandes efeitos negativos para a população negra.

Com as polêmicas recentes, o governo de Sergipe suspendeu o uso do sistema, e anunciou que vai revisar as abordagens, para evitar constrangimentos como a de Taislaine.

Pioneiros no Brasil

Bahia e Rio de Janeiro são pioneiros no sistema de reconhecimento facial. Os testes no estado nordestino começaram em 2019. Atualmente, cerca de 800 câmeras operam em 81 municípios 24 horas por dia: um investimento de R\$ 87 milhões, que levou à prisão de 1.523 pessoas.

No Rio de Janeiro, a sirene apita no Centro de Comando da Polícia Militar toda vez que um suspeito é reconhecido pelas câmeras.

“Então o agente aqui, analista, ele vai clicar na imagem pra analisar onde foi e se a pessoa tem similaridade com a foto do banco de mandados de prisão”, explicou Major Agdan Miranda Fernandes, diretor de Infraestrutura e Tecnologia da PM-RJ.

“Havendo a similaridade, imediatamente, ele já vai mandar pro batalhão da área pra poder fazer a abordagem. Se for essa pessoa, ele vai encaminhar pra delegacia. Se não for essa pessoa, ele é liberado imediatamente no local”, completou.

Em Sergipe, os primeiros testes com as câmeras de reconhecimento facial começaram há um ano, em partidas de futebol e festas públicas. Desde então, a polícia prendeu 13 pessoas.

“A Secretaria de Segurança Pública aqui do estado de Sergipe criou a comissão e já está discutindo esse protocolo. E a ideia nossa é justamente essa, a gente diminuir, a gente acabar cada vez mais com a exposição do cidadão que está sendo abordado”, Ten. Cel José Luiz Ferreira dos Santos, relações-públicas da Polícia Militar.

FONTE: Fantástico

Lewandowski afirma que crime organizado não triunfará e que disseminação de armas de fogo, sem controle, colabora para a criminalidade

Ministro também falou, em sessão da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, sobre o projeto da saída temporária de detentos e a parceria com o CNJ, entre outros temas



O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou, nesta terça-feira (16), na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, que o crime organizado não triunfará no país, “não importa a sigla que ele tiver”. A garantia foi dada em sessão com os deputados federais da Comissão, onde ele tratou das estratégias do Ministério para coibir a criminalidade, entre outros assuntos.

De acordo com o ministro, as forças de segurança pública têm feito um excelente trabalho na apreensão de armas e munições para conter as ações do crime organizado. “Estamos engajados no combate ao crime organizado, às facções e às milícias”, afirmou.

O ministro foi perguntado, na sequência, sobre a situação dos CACs (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador) e a respeito do porte e transporte de armas. Em sua resposta, ele disse que a responsabilidade pelos CACs

será do Ministério da Justiça e Segurança Pública a partir de 1º de janeiro de 2025, e que as demandas do Parlamento podem ser discutidas.

Lewandowski afirmou ainda que o cidadão comum tem o direito de se defender, mas ressaltou que essa defesa se pauta por dois requisitos legais: a imediatidade e a proporcionalidade. “No Direito, a legítima defesa é quando alguém reage proporcionalmente a uma ofensa ou perigo. Se ele reage a uma ofensa com um tiro, isso não é proporcional. Ou se ele é ofendido e no outro dia mata a pessoa, isso não é imediatidade”, explicou.

E acrescentou: “A disseminação sem controle de armas de fogo colabora para a criminalidade. Não é possível um ‘liberou, geral’. O porte de arma é concedido pelo Estado a alguém que tenha a necessidade, e após a pessoa ser submetida a uma série de requisitos. O porte e o transporte de armas não podem ser irrestritos”.

Saída temporária

O ministro da Justiça e Segurança Pública também fez uma defesa enfática da sugestão levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no projeto que fez alterações na Lei de Execução Penal, entre as quais na saída temporária de detentos do sistema prisional.

Lewandowski afirmou aos deputados que o presidente, em um gesto ao Congresso Nacional, sancionou, praticamente, todo o texto. “Foram mantidos o exame criminológico e a necessidade do uso da tornozeleira eletrônica. E mantivemos a proibição de saída temporária para os que praticaram crimes hediondos e que cometeram crimes com violência grave ameaça”, afirmou.

Ao dizer que o presidente Lula acatou na íntegra a sugestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública para vetar apenas o trecho que proíbe, por inconstitucionalidade, a saída temporária para visita à família, Lewandowski afirmou que trecho contrariava os princípios fundamentais da dignidade humana e da Constituição Federal “que obriga o Estado a defender a família”.

“Nós estamos defendendo um valor cristão, um valor fundamental da Constituição”, disse o ministro.

Mossoró

Parlamentares que integram a comissão também questionaram o ministro a respeito da fuga e recaptura de dois detentos da penitenciária federal em Mossoró (RN), em 14 de fevereiro. Lewandowski garantiu que foi a única fuga do sistema federal e que será a última.

“Foi um episódio isolado. Nossa confiança é tanta que os fugitivos recapturados foram levados de volta à penitenciária [de origem]. Demitimos a administração da penitenciária, instalamos processos administrativos e começamos a apurar responsabilidades criminais e administrativas. Afastamos funcionários e substituímos os policiais que estavam de plantão durante a fuga”, disse.

O ministro também falou sobre a adoção de procedimentos estruturais para o reforço de segurança nas cinco unidades federais. De

acordo com ele, já foi dado início à construção da muralha na Penitenciária Federal de Porto Velho (RO), e a licitação para a obra na unidade de Mossoró será aberta em maio.

A expectativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública é que a construção no entorno da penitenciária da cidade potiguar fique pronta até agosto de 2025, com um orçamento de R\$ 37 milhões.

Pena Justa

O ministro também usou parte de sua fala na Comissão para destacar a criação do Comitê de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

A portaria de criação do colegiado foi assinada na manhã desta terça-feira (16) pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A criação do comitê faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional, batizado de “Pena Justa”. Em dezembro do ano passado, o STF determinou que o Governo Federal elaborasse a estratégia pelo prazo de 180 dias. Após a apresentação do plano e homologação, os estados da Federação também terão o dever jurídico de elaborar seus próprios planos.

Para Lewandowski, o acordo pioneiro permite ao Estado recuperar o espaço perdido no sistema prisional. Também foi anunciado o lançamento de um mutirão carcerário que pretende dar continuidade à política de execução unificada para que presidiários não permaneçam no sistema penitenciário por mais tempo do que o previsto nas condenações.

O ministro esteve na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados acompanhado do secretário-executivo da pasta, Manoel Carlos de Almeida Neto; do secretário-executivo adjunto, Marivaldo Pereira; o titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), André Garcia; o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues; e o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Antonio Fernando Oliveira.

FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Debatedores defendem mais ação para prevenir acidentes e doenças do trabalho

Basílio, representante dos farmacêuticos: há um grande número de trabalhadores com depressão e esgotamento por causa da carga excessiva de trabalho e da pressão para vender medicamentos e vitaminas



Em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura (CE), participantes defenderam nesta quinta-feira (18) tornar lei a campanha anual Abril Verde, dedicada à prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais em nível nacional. Para os participantes, é preciso intensificar as ações de conscientização sobre a saúde e o cuidado com o trabalhador.

A sugestão do debate foi do senador Paulo Paim (PT-RS), que é autor de um projeto de lei sobre o tema. O PL 1.063/2022 está sendo analisado pela comissão e tem o senador Laércio Oliveira (PP-SE) como relator.

No debate, Paim ressaltou que os acidentes laborais trazem prejuízos para, além do trabalhador e sua família, a sociedade e as empresas. No caso das organizações, as consequências podem envolver multas, embargos, perdas em causas judiciais, baixa da produtividade, além de afetar a imagem das empresas:

— Para a sociedade, as despesas são imensas, com o aumento de doenças e afastamentos, a perda potencial de trabalhadores produtivos e, por fim, o próprio desemprego. Mas nada se compara aos prejuízos causados ao próprio trabalhador e a sua família.

De acordo com dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, foram registrados mais de 648 mil acidentes de trabalho em 2022.

Doenças

Na audiência, Cirlene Zimmermann, coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), ressaltou que o adoecimento também é uma forma de acidente do trabalho. Segundo ela, as doenças no trabalho estão invisibilizadas e subnotificadas. Ela mencionou como fatores para o adoecimento ocupacional o excesso das jornadas de trabalho e a precarização:

— Precisamos retirar os trabalhadores e as trabalhadoras acidentados e, principalmente, adoecidos no trabalho da invisibilidade.

Ela afirma haver uma “pressão” para que as empresas não notifiquem os casos de adoecimento e acidentes, o que prejudica a efetividades das iniciativas de prevenção.

Presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Distrito Federal, Wilton Cardoso afirmou que a categoria tem cerca de 420 mil técnicos no país. Ele defendeu que a atuação desses profissionais possa ser feita com “independência” e não ser limitada pelas empresas onde exercem a atividade.

— A segurança do trabalho não pode ser só cobrada nas empresas privadas. O setor público tem que colocar a mão na consciência para que possamos incluir os profissionais do SESMT [Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho] no Executivo — recomendou.

Aline Aparecida Roberto Amoras, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), afirmou na audiência que, desde 1977, a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452, de 1943) prevê que seja realizada uma Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, chamada de Canpat.

Ela declarou que a iniciativa tem se consolidado nos últimos 10 anos. Em 2024, o tema desenvolvido pela campanha é Segurança em Máquinas e Equipamentos.

Informais

Segundo Francisco Fernandes, presidente da Associação Nacional da Medicina do Trabalho, o Brasil tem atualmente cerca de 21 mil médicos do trabalho, que devem atuar para o cuidado de aproximadamente 40 milhões de trabalhadores formais. Ele ressaltou que a força laboral no país é ainda maior se considerados os informais, que não costumam ter o apoio para a saúde e a segurança no trabalho.

A questão também foi abordada por Fábio Basílio, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, que criticou a falta de proteção para trabalhadores autônomos.

— Essa coisa do trabalhador informal que foi jogada na mente das pessoas de que ele pode ser empresário de si mesmo está trazendo mortes e adoecimento — disse. Sobre o vínculo trabalhista, ele também afirmou que os trabalhadores terceirizados costumam ser mais precarizados e sofrer mais acidentes.

Basílio alertou par ao grande número de adoecimentos entre os profissionais que atuam em farmácias, principalmente depressão e esgotamento, em razão das jornadas extensivas e de cobranças para o cumprimento de metas de vendas de remédios e outros produtos, como vitaminas. Ele denunciou ainda a prática das grandes redes do comércio de medicamentos de criarem faculdades para “formatar profissionais” que atendam a suas estratégias agressivas de vendas.

Projeto

A proposta determina que o Abril Verde tem como objetivo divulgar os direitos relacionados à segurança e à medicina do trabalho, assegurados pela legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho — Decreto-Lei 5.452, de 1943).

O projeto estabelece que durante o mês serão promovidas atividades para conscientização sobre a prevenção dos acidentes de trabalho e do adoecimento ocupacional. O projeto busca institucionalizar as práticas que alguns órgãos públicos e instituições já realizam para essa conscientização.

— Não há por que não transformar em uma lei definitiva e permanente sobre o mês de abril — disse Paim.

Os órgãos públicos poderão promover eventos e atividades educativas sobre o tema, além de divulgar materiais de conscientização. Conforme o projeto, o símbolo da campanha será um laço na cor verde.

De acordo com a proposta, a campanha deve ser custeada com recursos orçamentários destinados ao Ministério do Trabalho e Previdência, à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) e ao Ministério Público do Trabalho.

Em setembro do ano passado, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se passar na CE e não houver recurso para a votação no Plenário, o texto seguirá para a análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

Luiz Marinho participa de audiência na Comissão do Trabalho do Congresso Nacional

Ministro fala do PL dos motoristas de apps e ações desenvolvidas pelo MTE em 16 meses de governo



Durante audiência pública na Comissão de Trabalho do Congresso Nacional nesta quarta-feira (17) o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, dedicou um longo tempo para explicar o processo de construção do PL 12/24, que regulamente o trabalho dos motoristas de apps, enviado ao Congresso no início de março. O ministro lembrou que o PL 12/24 não é um projeto do governo. “O PL não é uma proposta de governo, ele foi construído com lideranças

de trabalhadores, empregadores/empresas de plataforma e o governo”, frisou.

Durante sua fala na Comissão o ministro detalhou as ações desenvolvidas em 16 meses da sua gestão para a reconstrução do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), após sua extinção na gestão passada. O debate foi proposto pelo deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM).

Segundo o ministro, esse processo ainda está em andamento e envolve praticamente todas as

áreas. Entre as ações, ele destacou a primeira edição do Relatório da Transparência Salarial, divulgado no final de março, a ampliação das ações para coibir o trabalho análogo à escravidão e a retomada da Política de valorização do Salário Mínimo. Sobre o PL 12/24, o ministro destacou mais tempo para informar sobre sua construção. “Peço encarecidamente para a gente olhar o conteúdo do PL, porque eu tenho debatido com trabalhadores, grupos pequenos, para entender um pouco qual a resistência. Compreendi que ela vem pela desinformação e a nossa incapacidade, do governo, de comunicar corretamente qual o conteúdo do projeto para o conjunto da sociedade, em particular para os motoristas”, explicou Marinho.

O PL 12/24, como detalhou o ministro, prevê contribuição ao INSS, auxílio-maternidade, a representação por sindicato e pagamento mínimo por hora de trabalho no valor de R\$ 32,10 – um dos pontos rejeitados pela categoria, que não quer remuneração por hora, mas cobrança por quilômetro rodado. “Está garantido o reajuste anual dessa hora mínima”, afirmou.

FGTS – O ministro informou também que o governo estuda uma nova modalidade de crédito consignado, que vai substituir o saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo

de Serviço (FGTS). “Estou convencido de que é melhor acabar com o saque-aniversário”, disse Marinho, assegurando que “o FGTS voltará a servir como proteção para o trabalhador no desemprego e como fonte de financiamento da infraestrutura”.

Na avaliação do ministro, é preciso resgatar o FGTS e ao mesmo tempo oferecer a possibilidade de os trabalhadores terem acesso ao crédito barato, como o oferecido pelo saque aniversário. Ele explicou que a ideia beneficiará os trabalhadores do setor privado e funcionará por meio de plataformas digitais (e-Social e do FGTS). “Antes de mandar um projeto de lei, queremos conversar com o Congresso, ouvir e combinar o jogo antes, para saber se tem aderência ou não”, disse Marinho. “A nova modalidade não trará prejuízos, pelo contrário. O trabalhador terá crédito barato, a partir da folha de pagamento, e preservará o FGTS se vier a perder o emprego. Será muito melhor”, avaliou Marinho.

“Do ponto de vista do fundo de investimento do programa de habitação e saneamento básico, nós teríamos um aporte de R\$ 100 bilhões a mais para financiar a construção de habitações e obras de infraestrutura”, disse Marinho.

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF